

Conselheiro ANSELMO ROBERTO DE ALMEIDA BRITO  
Conselheiro FERNANDO RIBEIRO TOLEDO  
Auditor SÉRGIO RICARDO MACIEL  
Ministério Público de Contas GUSTAVO HENRIQUE ALBUQUERQUE SANTOS

Sala das Sessões do PLENO do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE ALAGOAS, em Maceió, 16 de Maio de 2017.

## PROCESSO TC 7772/2013

UNIDADE Prefeitura de União dos Palmares - AL  
CONSULENTE Sr. Carlos Alberto Borba de Barros Baía, Prefeito no exercício de 2013  
ASSUNTO Consulta.  
ACÓRDÃO Nº 820 /2017

Vistos, relatados e discutidos, RESOLVE o Pleno do Tribunal de Contas de Alagoas, acolher o voto da Conselheira Relatora do feito para:

I- CONHECER da consulta formulada e RESPONDER à indagação nos seguintes termos:

1) ) As parcelas mensais de pagamento ao INSS de dívidas procedentes de gestões anteriores não processadas no exercício correspondente devem ser contabilizadas, desde que reconhecidas por autoridade competente e respeitadas as exigências legais, à conta de dotação orçamentária específica, sob o título de “despesas de exercícios anteriores”, conforme Portaria Conjunta STN/SOF nº 02/2016 – Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 7ª edição, não integrando o limite de que trata o §1º do art. 29-A, da Constituição da República.

II- DAR CIÊNCIA desta decisão e dos pareceres técnicos que a fundamentam à consulente.

III- PUBLICAR a decisão no diário eletrônico deste tribunal para os fins que se fizerem necessários, inclusive para atribuir os efeitos do art. 189 da Resolução Normativa nº 03/2001 (RITCE/AL).

CONSULTA. PARCELAS MENSIS DE PAGAMENTO DE DÍVIDAS JUNTO AO INSS PROCEDENTE DE GESTÕES ANTERIORES. CONTABILIZAÇÃO NA CONTA DE DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES. NÃO INCIDÊNCIA DO LIMITE PREVISTO NO PARÁGRAFO PRIMEIRO DO ART. 29-A DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

## I. RELATÓRIO

1. Trata o presente processo de consulta formulada pelo Sr. Abelardo Leopoldino da Silva, Presidente da Câmara Municipal de Marechal Deodoro no exercício 2013, questionando a esta Corte de Contas em qual conta deveriam ser contabilizados os valores de parcelas mensais de pagamento ao INSS de dívidas procedentes de gestões anteriores. Afirma o consulente que o pedido objetiva evitar o gravame sobre o limite de 70% (setenta por cento) do valor do duodécimo destinado a despesas com folha de pagamento previsto no art. 29-A da Constituição Federal.

2. Os autos foram encaminhados à DFAFOM, para emissão de parecer técnico sobre a matéria de cunho contábil em análise, que se manifestou indicando que os gastos em discussão deveriam ser computados como despesas com pessoal. Cumpre destacar que, antes da manifestação da referida diretoria, aos autos foi anexado o Processo TC/AL nº 15.419/2013, em razão da coincidência de objetos.

3. Após, foi exarado o Parecer nº 115/2016 – AUD, de lavra do Conselheiro substituto Sérgio Ricardo Maciel, opinando no sentido de que as despesas em debate deveriam ser contabilizadas como de exercícios anteriores, o que foi ratificado pelo Ministério Público de Contas, através do Parecer nº 4299/2016/PG/RA. Todos os órgãos consultados, por sua vez, concordaram que os gastos em pauta não integram o limite previsto no parágrafo primeiro do art. 29-A, da Constituição Federal.

4. Em síntese, é o relatório.

## II – DA COMPETÊNCIA

5. Resta clara a jurisdição para atuação desta Corte de Contas objetivando pronunciar-se sobre dúvida na aplicação de dispositivos legais e regulamentares concernentes à matéria de sua competência na forma como suscitada, conforme permissivo contido no art. 1º, inciso XIX, da Lei Estadual nº 5.604/94 – Lei Orgânica do TCE/AL c/c art. 6º, inciso X, da Resolução nº 003/2001 – Regimento Interno do TCE/AL.

## III – DA ADMISSIBILIDADE

6. A consulta formulada perante as Cortes de

Contas traduz-se em meio eficaz para possibilitar o esclarecimento da interpretação de dispositivos normativos que versem sobre matéria de sua competência, evitando assim que ações desenvolvidas na gestão pública estejam em desconformidade com entendimento assente no Colegiado, contexto em que os Tribunais exercitam fortemente a função institucional de natureza pedagógica.

7. Entretanto, preliminarmente à análise dos termos da questão formulada, é imprescindível o exame quanto aos respectivos requisitos normativos de admissibilidade.

8. No âmbito do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas, o art. 1º, inciso XIX da Lei Estadual nº 5.604/94 – Lei Orgânica do TCE/AL c/c art. 6º, inciso X da Resolução nº 003/2001 (RITCE/AL) regulam a matéria, estabelecendo a forma como deve ser formulada a consulta e elencando as passagens legitimadas a propô-la.

9. Nessa esteira, ressalta-se que o signatário da petição é parte legítima para instar esta Corte em se manifestar sobre as dúvidas na aplicação dos dispositivos na forma como formulada, conforme disposto no art. 6º, X, alínea “a” da Resolução Normativa nº 003/2001 (RITCE/AL), que regulamenta o art. 1º, XIX da Lei 5.604/94 (LOTCE/AL).

10. Doutro modo, a proposição formulada tem como cerne dúvida suscitada na aplicação de dispositivos legais, cuja matéria tem repercussão financeira, contábil, orçamentária, operacional e patrimonial, não versando sobre caso concreto, subsumindo-se ao regramento disposto no art. 1º, XIX da Lei Estadual nº 5.604/94 (LOTCE/AL) c/c o art. 6º, X da Resolução Normativa nº 003/2001 (RITCE/AL).

11. Verificado, pois, o cumprimento dos requisitos legais de admissibilidade, tem-se que a consulta formulada nos presentes autos deve ser conhecida e atendida por esta Corte de Contas.

12. Desse modo, passa-se a enfrentar a questão suscitada.

## IV – DA FUNDAMENTAÇÃO

13. Indagação: Questiona o consulente em qual conta devem ser contabilizados os valores de parcelas mensais de pagamento ao INSS de dívidas procedentes de gestões anteriores, bem como se essas despesas interferem no limite de 70% (setenta por cento) do valor do duodécimo destinado a despesas com folha de pagamento previsto no art. 29-A da Constituição Federal.

14. Resposta: A resposta para a indagação feita pelo consulente encontra-se bem definida no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público expedido pela Secretaria do Tesouro Nacional desde o exercício em que foi protocolada a presente consulta. No item 23, da seção de perguntas e respostas, da 5ª edição do referido manual, válida a partir do ano 2013, consta o seguinte esclarecimento, orientação permanece encartada, agora no item 29, na edição mais recente do MCASP, a sétima, mais atualizada, válida a partir deste ano 2017:

“23 – Como classificar o parcelamento do INSS, quando do pagamento por atraso cujo fato gerador ocorreu em exercícios anteriores. O elemento de despesa adequado seria o elemento 13 – Obrigações Patronais ou 92 – Despesas de Exercícios Anteriores?

Os elementos citados são conceituados da seguinte forma:

• 13 – Obrigações patronais: “Despesas orçamentárias com encargos que a administração tem pela sua condição de empregadora, e resultantes de pagamento de pessoal ativo, inativo e pensionistas, tais como Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e contribuições para Institutos de Previdência, inclusive a alíquota de contribuição suplementar para cobertura do déficit atuarial, bem como os encargos resultantes do pagamento com atraso das contribuições de que trata este elemento de despesa.”

• 92 – Despesas de Exercícios Anteriores: “As despesas de exercícios encerrados, para as quais o orçamento respectivo consignava crédito próprio, com saldo suficiente para atendê-las, que não se tenham processado na época própria, bem como os restos a pagar com prescrição interrompida e os compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício correspondente, poderão ser pagos à conta de dotação específica consignada no orçamento, discriminada por elemento, obedecida, sempre que possível, a ordem cronológica”.

Logo, para ser caso de despesas de exercícios anteriores, deve ser enquadrado em um dos casos:

a) Orçamento respectivo consignava crédito

próprio.

b) Restos a pagar com prescrição interrompida.

c) Compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício correspondente.

Caso a despesa enquadre-se em algum dos itens acima, deve-se classificá-la como despesa de exercícios anteriores (elemento 92 c, opcionalmente, subelemento referente à parte previdenciária) em todos os exercícios em que seja executado o pagamento.” (nossos grifos)

15. O termo “despesas de exercícios anteriores” também encontra sua definição no mesmo Manual:

## “4.8. DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

São despesas cujos fatos geradores ocorreram em exercícios anteriores àquele em que deva ocorrer o pagamento.

O art. 37 da Lei nº 4.320/1964 dispõe que as despesas de exercícios encerrados, para as quais o orçamento respectivo consignava crédito próprio, com saldo suficiente para atendê-las, que não se tenham processado na época própria, bem como os restos a pagar com prescrição interrompida e os compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício correspondente, poderão ser pagos à conta de dotação específica consignada no orçamento, discriminada por elementos, obedecida, sempre que possível, a ordem cronológica.

Para fins de identificação como despesas de exercícios anteriores, considera-se:

a. Despesas que não se tenham processado na época própria, como aquelas cujo empenho tenha sido considerado insubsistente e anulado no encerramento do exercício correspondente, mas que, dentro do prazo estabelecido, o credor tenha cumprido sua obrigação;

b. Restos a pagar com prescrição interrompida, a despesa cuja inscrição como restos a pagar tenha sido cancelada, mas ainda vigente o direito do credor;

c. Compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício, a obrigação de pagamento criada em virtude de lei, mas somente reconhecido o direito do reclamante após o encerramento do exercício correspondente.

16. Como se pode ver, toda essa construção encontra fundamento no art. 37, da Lei nº 4.320/64, que institui regras gerais de Direito Financeiro:

Art. 37. As despesas de exercícios encerrados, para as quais o orçamento respectivo consignava crédito próprio, com saldo suficiente para atendê-las, que não se tenham processado na época própria, bem como os Restos a Pagar com prescrição interrompida e os compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício correspondente poderão ser pagos à conta de dotação específica consignada no orçamento, discriminada por elementos, obedecida, sempre que possível, a ordem cronológica.

17. Trazendo uma versão mais atualizada da regulamentação desse artigo, o Decreto nº 93.872/86, assim reza:

Art. 22. As despesas de exercícios encerrados, para as quais o orçamento respectivo consignava crédito próprio com saldo suficiente para atendê-las, que não se tenham processado na época própria, bem como os Restos a Pagar com prescrição interrompida, e os compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício correspondente, poderão ser pagos à conta de dotação destinada a atender despesas de exercícios anteriores, respeitadas a categoria econômica própria (Lei nº 4.320/64, art. 37).

§ 1º O reconhecimento da obrigação de pagamento, de que trata este artigo, cabe à autoridade competente para empenhar a despesa.

§ 2º Para os efeitos deste artigo, considera-se:

a) despesas que não se tenham processado na época própria, aquelas cujo empenho tenha sido considerado insubsistente e anulado no encerramento do exercício correspondente, mas que, dentro do prazo estabelecido, o credor tenha cumprido sua obrigação;

b) restos a pagar com prescrição interrompida, a despesa cuja inscrição como restos a pagar tenha sido cancelada, mas ainda vigente o direito do credor;

c) compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício, a obrigação de pagamento criada em virtude de lei, mas somente reconhecido o direito do reclamante após o encerramento do exercício correspondente.

18. Isto posto, tem-se que as despesas oriundas do parcelamento de dívidas de exercícios anteriores com a Previdência Social devem ser contabilizadas, à conta de dotação orçamentária específica, sob a forma de “despesas de exercícios encerrados”, ou “anteriores”, termo constante no MCASP e utilizado no Decreto nº 62.115/68, primeiro a regulamentar o art. 37, da Lei nº 4.320/64; desde que previamente reconhecidas por autoridade competente e respeitadas as exigências legais pertinentes. Isso porque se encaixam na alínea “c”, do §2º, do art. 22, acima transcrito.

19. Já no que se refere à repercussão destas despesas na “folha de pagamento” do Poder Legislativo municipal, cumpre destacar que a Constituição Federal de 1988, em seu art. 29-A, §1º, define o seguinte limite de observância obrigatória:

§ 1º A Câmara Municipal não gastará mais de setenta por cento de sua receita com folha de pagamento, incluído o gasto com o subsídio de seus Vereadores.

20. Como se pode ver o mandamento constitucional sob análise preconiza limite de gastos com folha de pagamento, que difere da chamada “despesa total com pessoal - DTP”. A definição de despesas totais com pessoal encontra-se positivada no art. 18, caput, da Lei Complementar nº 101/2000:

Art. 18. Para os efeitos desta Lei Complementar, entende-se como despesa total com pessoal: o somatório dos gastos do ente da Federação com os ativos, os inativos e os pensionistas, relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis, militares e de membros de Poder, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos da aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdência.

21. Trata-se, como se pode ver, de conceito de larga abrangência, correspondendo ao somatório de todos os gastos de determinado ente da federação com pessoal ativo, inativo e pensionista, incluídas quaisquer espécies remuneratórias. Em sendo dessa forma, a folha de pagamento é espécie da qual as despesas totais com pessoal são gênero e inclui, apenas, as verbas remuneratórias, como se pode ver no precedente que segue, oriundo do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, fruto do processo de consulta nº CON-15/00535920, relatado em 04/04/2016, durante sessão plenária daquele tribunal: Prejulgado 1642 [...]

6. A folha de pagamento abrange exclusivamente gastos com os vencimentos e subsídios de seus servidores e Vereadores, incluídos os valores relativos ao terço legal de férias e os descontos legais suportados pelo servidor ou Vereador (IR, contribuição previdenciária e outros), dela se excluindo os valores pagos diretamente pela Câmara, como, por exemplo, a parte das contribuições previdenciária e assistencial e o PASEP, os gastos com inativos e as despesas com serviços de terceiros. [...]

22. As contribuições previdenciárias, portanto, não estão incluídas nas despesas com folha de pagamento. Sob essa égide encontra-se, tão somente, a remuneração dos servidores e subsídios dos vereadores, excluídos os encargos patronais dela decorrentes, estando, portanto, excluída a dívida em análise do limite constitucional em exame.

23. Esse entendimento foi consolidado pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, na forma da Súmula nº 100:

ENUNCIADO DE SÚMULA N. 100. A folha de pagamento da Câmara Municipal, incluindo o gasto com o subsídio de seus vereadores, para fins de apuração do limite preceituado no § 1º do art. 29-A da Constituição da República, não compreende os gastos com inativos, os encargos sociais e as contribuições patronais.

(...)

Encargos sociais. Não incluído na folha de pagamento. Art. 29-A, § 1º da CR/88 [...]. Em verdade, encargos sociais são obrigações que decorrem da folha, mas não integram o seu montante. Essas despesas são distintas e acontecem em momentos diferentes. Por isso, o conceito jurídico de folha de pagamento não é elástico ao ponto de incluir os encargos sociais que dela somente se utiliza para fins de base de cálculo [...]. Assim, resta evidenciado que a regra

do limite de 70% da receita com folha de pagamento, aplicada num conceito jurídico, não alcança os encargos sociais (Consulta nº 638893. Rel. Cons. Moura e Castro. Sessão do dia 16-5-2001).

24. Assim sendo, em se tratando a dívida em pauta de "despesas de exercícios anteriores" de natureza previdenciária, não devem estas ser consideradas para fins de apuração do limite de que trata o § 1º do art. 29-A da Constituição Federal.

## IV- CONCLUSÃO

25. Diante de todo o exposto, com supedâneo no art. 78, da Lei nº 5.604/1994 (LOTCE/AL) c/c art. 38, I, da Resolução Normativa nº 03/2001 que instituiu o Regimento Interno desta Corte de Contas, acompanhando os termos dos pareceres da Auditoria do Tribunal de Contas e do Ministério Público de Contas, submeto ao Egrégio Plenário a seguinte decisão:

I- CONHECER da consulta por atender aos requisitos de admissibilidade previstos no art. 1º XIX da Lei Estadual nº 5.604/94 - LOTCE/AL c/c art. 6º, XX e 186 e segts. da Resolução Normativa nº 03/2001;

II- RESPONDER à indagação formulada nos seguintes termos:

1) As parcelas mensais de pagamento ao INSS de dívidas procedentes de gestões anteriores não processadas no exercício correspondente devem ser contabilizadas, desde que reconhecidas por autoridade competente e respeitadas as exigências legais, à conta de dotação orçamentária específica, sob o título de "despesas de exercícios anteriores", conforme Portaria Conjunta STN/SOF nº 02/2016 - Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 7ª edição, não integrando o limite de que trata o §1º do art. 29-A, da Constituição da República.

III- DAR CIÊNCIA desta decisão e dos pareceres técnicos que a fundamentam à consultante.

IV- PUBLICAR a decisão no diário eletrônico deste tribunal para os fins que se fizerem necessários, inclusive para atribuir os efeitos do art. 189 da Resolução Normativa nº 03/2001 (RITCE/AL).

Conselheira Substituta - ANA RAQUEL RIBEIRO SAMPAIO CALHEIROS - Relatora  
Presidente ROSA MARIA RIBEIRO ALBUQUERQUE- Presidente  
Conselheiro OTAVIO LESSA DE GERALDO SANTOS - Presidente em exercício  
Conselheiro Substituto ALBERTO PIRES ALVES DE ABREU  
Conselheiro ANSELMO ROBERTO DE ALMEIDA BRITO  
Conselheiro FERNANDO RIBEIRO TOLEDO  
Auditor SERGIO RICARDO MACIEL  
Ministério Público de Contas GUSTAVO HENRIQUE ALBUQUERQUE SANTOS

Sala das Sessões do PLENO do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE ALAGOAS, em Maceió, 16 de

Maio de 2017.

Maceió, 17 de Maio 2017  
Márcia dos Santos Fidelis  
Responsável pela resenha

Processo(s) despachado(s) em 16/05/2017

Processo TC: 140/2016  
Interessado: ELIANE MARIA JUCA ALBUQUERQUE  
Assunto: APOSENTADORIA/RESERVAS

/PENSÕES

De ordem.

Remetam-se os autos para a Coordenação dos Trabalhos do Plenário.

Remeta-se à: COORDENAÇÃO DOS TRABALHOS DO PLENÁRIO

Processo TC: 5361/2016

Interessado: MARIA EDILEUSA DA SILVA SANTOS  
Assunto: APOSENTADORIA/RESERVAS /PENSÕES

De ordem.

Remetam-se os autos para a Coordenação dos Trabalhos do Plenário.

Remeta-se à: COORDENAÇÃO DOS TRABALHOS DO PLENÁRIO

Processo TC: 142/2016

Interessado: CELIA MARIA RODRIGUES DE LIMA DIAS FERNANDES  
Assunto: APOSENTADORIA/RESERVAS /PENSÕES

De ordem.

Remetam-se os autos para a Coordenação dos Trabalhos do Plenário.

Remeta-se à: COORDENAÇÃO DOS TRABALHOS DO PLENÁRIO

Processo TC: 355/2016

Interessado: MARIA LEITE BARBOSA  
Assunto: APOSENTADORIA/RESERVAS /PENSÕES

De ordem.

Remetam-se os autos para a Coordenação dos Trabalhos do Plenário.

Remeta-se à: COORDENAÇÃO DOS TRABALHOS DO PLENÁRIO

Processo TC: 296/2016

Interessado: MARIA DAS GRAÇAS MONTE MELLO TAVEIRA  
Assunto: APOSENTADORIA/RESERVAS /PENSÕES

De ordem.

Remetam-se os autos para a Coordenação dos Trabalhos do Plenário.

Remeta-se à: COORDENAÇÃO DOS TRABALHOS DO PLENÁRIO

Processo TC: 356/2016

Interessado: JOSE JOAO DA SILVA  
Assunto: APOSENTADORIA/RESERVAS /PENSÕES

De ordem.

Remetam-se os autos para a Coordenação dos Trabalhos do Plenário.

Remeta-se à: COORDENAÇÃO DOS TRABALHOS DO PLENÁRIO

Processo TC: 146/2016

Interessado: BERNADETE PEREIRA DO NASCIMENTO  
Assunto: APOSENTADORIA/RESERVAS /PENSÕES

De ordem.

Remetam-se os autos para a Coordenação dos Trabalhos do Plenário.

Remeta-se à: COORDENAÇÃO DOS TRABALHOS DO PLENÁRIO

Processo TC: 390/2016

Interessado: MARIA LUCIENE AMORIM DE OLIVEIRA  
Assunto: APOSENTADORIA/RESERVAS /PENSÕES

De ordem.

Remetam-se os autos para a Coordenação dos Trabalhos do Plenário.

Remeta-se à: COORDENAÇÃO DOS TRABALHOS DO PLENÁRIO

Processo TC: 2305/2016

Interessado: ELENILDA SOARES DA SILVA  
Assunto: APOSENTADORIA/RESERVAS /PENSÕES

De ordem.

Remetam-se os autos para a Coordenação dos Trabalhos do Plenário.

Remeta-se à: COORDENAÇÃO DOS TRABALHOS DO PLENÁRIO

Processo TC: 131/2016

Interessado: FERNANDO MONTEIRO DE CARVALHO  
Assunto: APOSENTADORIA/RESERVAS /PENSÕES

De ordem.

Remetam-se os autos para a Coordenação dos Trabalhos do Plenário.

Remeta-se à: COORDENAÇÃO DOS TRABALHOS DO PLENÁRIO

Processo TC: 433/2016

Interessado: PAULO ROBERTO RAMOS  
Assunto: APOSENTADORIA/RESERVAS /PENSÕES

De ordem.

Remetam-se os autos para a Coordenação dos Trabalhos do Plenário.

Remeta-se à: COORDENAÇÃO DOS TRABALHOS DO PLENÁRIO

Processo TC: 7359/2010

Interessado: HILDA MARIA ALCIDES PARANHOS  
Assunto: APOSENTADORIA/RESERVAS /PENSÕES

De ordem.

Remetam-se os autos para a Coordenação dos Trabalhos do Plenário.

Remeta-se à: COORDENAÇÃO DOS TRABALHOS DO PLENÁRIO

Processo TC: 4919/2010

Interessado: DULCE MARIA DOS SANTOS  
Assunto: APOSENTADORIA/RESERVAS /PENSÕES

De ordem.

Remetam-se os autos para a Coordenação dos Trabalhos do Plenário.

Remeta-se à: COORDENAÇÃO DOS TRABALHOS DO PLENÁRIO

Processo TC: 11750/2010

Interessado: PETRUCIA MARIA DOS SANTOS  
Assunto: APOSENTADORIA/RESERVAS /PENSÕES

De ordem.

Remetam-se os autos para a Coordenação dos Trabalhos do Plenário.

Remeta-se à: COORDENAÇÃO DOS TRABALHOS DO PLENÁRIO

Processo TC: 6340/2009

Interessado: MARIA LUCIA AMORIM DOS SANTOS  
Assunto: APOSENTADORIA POR TEMPO DE SERVIÇO

De ordem.

Remetam-se os autos para a Coordenação dos Trabalhos do Plenário.

Remeta-se à: COORDENAÇÃO DOS TRABALHOS DO PLENÁRIO

Processo TC: 8342/2009

Interessado: MARIA AUXILIADORA FRANÇA DE VASCONCELOS  
Assunto: APOSENTADORIA

De ordem.

Remetam-se os autos para a Coordenação dos Trabalhos do Plenário.

Remeta-se à: COORDENAÇÃO DOS TRABALHOS DO PLENÁRIO

Processo TC: 8338/2009

Interessado: NEUZA MARIA DOS SANTOS FERREIRA  
Assunto: APOSENTADORIA

De ordem.

Remetam-se os autos para a Coordenação dos Trabalhos do Plenário.

Remeta-se à: COORDENAÇÃO DOS TRABALHOS DO PLENÁRIO

Processo TC: 11726/2014

Interessado: TÂNIA MARIA CAMINHA MARTINS DE ALMEIDA  
Assunto: APOSENTADORIA/RESERVAS /PENSÕES

De ordem.

Remetam-se os autos para a Coordenação dos Trabalhos do Plenário.

Remeta-se à: COORDENAÇÃO DOS TRABALHOS DO PLENÁRIO

Processo TC: 14124/2013

Interessado: CARLOS ALBERTO DE ARAUJO  
Assunto: APOSENTADORIA/RESERVAS /PENSÕES

De ordem.

Remetam-se os autos para a Coordenação dos Trabalhos do Plenário.

Remeta-se à: COORDENAÇÃO DOS TRABALHOS DO PLENÁRIO

Processo TC: 279/2016

Interessado: CLAUDIO ROBERTO DA COSTA SANTOS  
Assunto: APOSENTADORIA/RESERVAS /PENSÕES

De ordem.

Remetam-se os autos para a Coordenação dos Trabalhos do Plenário.

Remeta-se à: COORDENAÇÃO DOS TRABALHOS DO PLENÁRIO

Processo TC: 6383/2009

Interessado: EVALDO GUEDES DE LIMA  
Assunto: APOSENTADORIA POR TEMPO DE SERVIÇO

De Ordem,

Encaminhem-se os autos para a Coordenação dos Trabalhos do Plenário.

Remeta-se à: COORDENAÇÃO DOS TRABALHOS DO PLENÁRIO

Processo TC: 16307/2009

Interessado: ARLINDO BATISTA DA SILVA  
Assunto: APOSENTADORIA

De Ordem,

Encaminhem-se os autos para a Coordenação dos Trabalhos do Plenário.

Remeta-se à: COORDENAÇÃO DOS TRABALHOS DO PLENÁRIO

Processo TC: 11744/2010

Interessado: MARLUCE DO NASCIMENTO  
Assunto: APOSENTADORIA/RESERVAS /PENSÕES

De Ordem,

Encaminhem-se os autos para a Coordenação dos Trabalhos do Plenário.

Remeta-se à: COORDENAÇÃO DOS TRABALHOS DO PLENÁRIO

Processo TC: 11725/2010

Interessado: MARIA DE FATIMA CANUTO PEREIRA ALVES